

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA DE SAÚDE – FONOAUDIÓLOGO

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação de Saúde	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Apreciar o pôr do sol é um autocuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Eu não acredito na transparência do olhar sobre mim ou sobre os outros. O olhar puro e transparente pressupõe uma essência e uma capacidade que eu acredito que não sejamos portadores. Eu não poderia olhar para mim, porque não tenho uma essência e nem sou permanentemente algo. Eu sou uma soma de muitas coisas e posso ter, sobre mim, opiniões muito variadas e distintas.

Uma fábula indiana de que gosto muitíssimo narra que quatro cegos se aproximam de um elefante. O primeiro cego, que nunca tinha visto um elefante, diz, ao apalpar seu abdômen, que ele se parece com uma parede. Outro cego diz que ele se parece com uma corda, ao apalpar sua cauda. O terceiro diz que ele se parece com quatro colunas, ao apalpar suas pernas, e o último cego diz que o elefante se parece com uma espada, ao apalpar o marfim. Todos os quatro têm razão e todos eles deram uma visão parcial do elefante. A verdade não é a soma dos quatro, porque o elefante não é uma parede, corda, colunas e espada: é algo ainda além disso.

Eu não acredito na transparência. Porém, não acredito também que estamos condenados ao olhar opaco. Ao defender que não existe o olhar opaco, quero dizer que não estamos condenados ao narciso permanente de nós mesmos num espelho, como uma velha que pergunta ao espelho se haverá alguém mais bela do que ela, e que só aceita uma resposta ou ameaça quebrar o espelho, caso a resposta não seja aquela.

Eu não acredito na transparência e nem na opacidade do olhar. Eu acredito que o exercício crítico, a filosofia, a psicanálise, a história, a antropologia, a sabedoria, a idade, a experiência, a dor – todas essas coisas podem tornar o meu olhar cada vez mais translúcido.

Cada vez mais eu olho para os outros, mas nunca os verei. Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer. Logo, nunca terei domínio de tudo, por que não sei ainda como é morrer. Como diz Woody Allen: “Não tenho nada contra a morte. Só não gostaria de estar presente.”

KARNAL, Leandro. Por que nunca chegaremos à verdade. In: *Fronteiras do Pensamento*. Site. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/leandro-karnal-por-que-nunca-chegaremos-a-verdade>. Acesso em: 26. nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O texto apresentado desenvolve uma reflexão sobre a impossibilidade de um olhar plenamente transparente sobre si e sobre o outro, recorrendo a reflexões filosóficas, e a narrativas e referências culturais para construir seu ponto de vista. Considerando a tipologia e o gênero textual-discursivo, compreende-se que o texto

- (A) pertence ao gênero ensaio filosófico, caracterizado pela exposição sistemática e logicamente encadeada de conceitos, com estrutura rígida e terminologia técnica própria das ciências humanas, cujo objetivo é apresentar uma tese formal e conclusiva.
- (B) pertence ao gênero crônica reflexiva, pois parte de acontecimentos cotidianos, narrados em tom leve, para construir um comentário subjetivo sobre a percepção humana, mantendo foco na dimensão narrativa mais que no argumento.
- (C) realiza um movimento típico do ensaio contemporâneo: combina reflexão subjetiva, argumentação aberta, referências literárias e filosóficas e liberdade composicional, sem pretensão de sistematicidade, organizando-se mais como exploração de ideias do que como defesa rígida de uma tese.
- (D) configura-se como um artigo de divulgação científica, uma vez que traduz conceitos filosóficos complexos para o grande público, utilizando exemplos e analogias com o intuito central de transmitir conhecimento especializado de maneira acessível.

QUESTÃO 02

No trecho “Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer”, temos um caso de próclise

- (A) obrigatória, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (B) proibida, na medida em que apenas advérbios negativos funcionam como atratores do pronome para próclise.
- (C) facultativa, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (D) canônica, na medida em que os advérbios, quando modificam diretamente o sentido do verbo, são considerados atratores pronominais.

QUESTÃO 03

O texto apresenta uma reflexão sustentada por um percurso argumentativo que discute a impossibilidade de um “olhar transparente” e, ao mesmo tempo, recusa um “olhar opaco”. Para tanto, recorre a múltiplas vozes culturais, filosóficas e literárias. Nesse movimento, o autor articula referências diversas: a fábula indiana dos quatro cegos e o elefante, figuras do imaginário literário universal como Narciso e a “velha que pergunta ao espelho” (a Rainha Má, de Branca de Neve), além de uma citação humorística atribuída a Woody Allen. Considerando esse conjunto, a construção argumentativa do texto se caracteriza por

- (A) o uso de interdiscursividades e intertextualidades explícitas que funcionam como matrizes simbólicas culturalmente compartilhadas, reforçando a ideia de que nenhum sujeito alcança uma compreensão total de si mesmo ou do outro.
- (B) o emprego de referências simbólicas de caráter meramente ilustrativo, que não contribuem de modo significativo para a argumentação, limitando-se a exemplos pontuais sem articulação com discursos culturais consolidados.
- (C) a presença de alusões culturais que compõem enfeites estilísticos com pouca interação com a progressão argumentativa, atuando de maneira independente do eixo conceitual do texto ao não dialogarem com os saberes partilhados.
- (D) a utilização de menções a personagens que são empregadas para caracterizar o estilo figurativo do autor, sem produzir impactos na progressão argumentativa ou no modo como o leitor é levado a compreender a complexidade do olhar e a necessidade da reflexão empática.

RASCUNHO**QUESTÃO 04**

A coesão textual é responsável pela construção da articulação do texto e sua progressão. Há diferentes formas de construir tais processos. O uso de conectores é um caso claro de processo coesivo, o qual pode configurar uma coesão:

- (A) referencial, a qual diz respeito à retomada ou antecipação de elementos do texto por meio de pronomes, advérbios e expressões nominais que estabelecem vínculos de referência interna.
- (B) semântica (ou lexical), a qual se realiza por meio da repetição, substituição lexical, uso de sinônimos, hiperônimos ou termos do mesmo campo semântico, como é o caso dos conectores.
- (C) substitutiva (ou por elipse), uma vez que essa modalidade opera pela omissão ou substituição de elementos já mencionados, permitindo evitar repetições desnecessárias, ao passo que os conectores substituem termos ao articular segmentos textuais.
- (D) sequencial, na medida em que os conectores organizam a progressão temática e a relação lógico-discursiva entre partes do texto — como causa, contraste, consequência, conclusão, adição etc. —, garantindo a continuidade textual.

RASCUNHO

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.

PRADO, Adélia. Poema "Com licença poética", publicado na obra *Bagagem*, de 1976.

No poema, a voz lírica combina reflexões existenciais com afirmações de ordem social e cultural, articulando-as por meio de escolhas lexicais que produzem efeitos de subjetividade e modalização. Em que medida e de que forma a classificação gramatical das palavras pode produzir efeitos de sentido particulares no texto?

- (A) Nas expressões "cargo muito pesado pra mulher" e "esta espécie ainda envergonhada", os termos "muito" e "ainda" funcionam, respectivamente, como advérbio de intensidade e advérbio temporal, produzindo um efeito de dramaticidade pela imposição social que recai sobre a figura feminina.
- (B) Em "não tão feia que não possa casar", a palavra "tão" é um adjetivo, pois qualifica o substantivo subentendido "eu", funcionando como núcleo de predicação que reforça a autopercepção irônica da voz lírica, que é o eixo semântico central do poema.
- (C) No verso "Mas, o que sinto escrevo", os termos "mas" e "que" pertencem à mesma classe gramatical — conjunções coordenativas —, estabelecendo uma relação de oposição e explicação, respectivamente, entre as orações do período, gerando o efeito subversivo no poema.
- (D) Em "dor não é amargura", os vocábulos "dor" e "amargura" pertencem à classe dos substantivos abstratos, contribuindo para que a oposição semântica ultrapasse o campo meramente fisiológico e revele uma reflexão sobre a experiência humana, típica da poética da autora.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **06** e **07**.

Texto 2

O movimento conhecido como cultura do cancelamento, que começou, sim, como uma forma de chamar a atenção para injustiças de todo tipo e proteção ambiental, se tornou uma arma de execração pública e de censura capaz de atingir indistintamente anônimos e famosos, tanto faz.

A cultura do cancelamento é um linchamento virtual e é assim que vou chamá-lo, pois funciona como o conhecido linchamento ou linchagem, que é o assassinato de uma ou mais pessoas cometido por uma multidão com o objetivo de punir um suposto transgressor.

Basta um registro aleatório jogado na internet de um possível ato reprovável ou que contrarie os valores geralmente aceitos como corretos, para que uma pessoa seja marcada permanentemente pelo linchamento virtual [...].

Para muitos não há uma segunda chance. As redes sociais tornaram-se reféns dos excessos irrazoáveis do justicamento do cancelamento.

Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis — como racismo e violência sexual, dentre outros — tornou-se uma ameaça, pronta para destruir reputações a qualquer preço. E isso exige vigilância e um combate jurídico dos excessos na mesma proporção, rapidez e intensidade [...].

WILIANS, Nelson. Linchamento virtual: a cultura do cancelamento. Estúdio Folha, *Folha de São Paulo*, 10. Fev. 2021. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/nelson-wilians/2021/02/linchamento-virtua-a-cultura-do-cancelamento.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

QUESTÃO 06

Considerando o texto apresentado sobre a cultura do cancelamento, qual é o tipo de argumento predominante empregado pelo autor?

- (A) O argumento de autoridade, citando especialistas e instituições credíveis, respaldadas e reconhecidas para validar sua crítica ao fenômeno da cultura do cancelamento.
- (B) O argumento por analogia, já que o texto se sustenta sobretudo em comparações metafóricas que aproximam o cancelamento de outras práticas sociais degradantes.
- (C) O argumento pragmático, mais especificamente o argumento pelo efeito perverso, pois aponta que um movimento inicialmente positivo gerou consequências negativas e indesejadas.
- (D) O argumento causal, demonstrando tecnicamente as causas estruturais e sociais que originaram o cancelamento como prática de punição digital extremamente corrente em dias atuais.

QUESTÃO 07

No trecho “Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis [...] tornou-se uma ameaça”, quais diferentes processos de formação e funcionamento morfológico são relevantes para a interpretação do enunciado?

- (A) Em reprováveis, o sufixo *-vel* indica possibilidade ou capacidade, configurando derivação sufixal que atribui ao adjetivo um valor modal.
- (B) Em intensificar, há um caso de derivação regressiva, pois provém do substantivo “intenso” por perda de morfema, recebendo em seguida a terminação verbal *-ar*.
- (C) Em oprimidos, o sufixo *-ido* funciona como marcador de particípio passado originado de verbo regular terminado em *-ir*, não havendo valor adjetival no contexto.
- (D) Em ameaça, há um caso de derivação sufixal de “ameaçar”, sendo o sufixo *-ça* responsável por transformar o verbo em adjetivo abstrato.

RASCUNHO**QUESTÃO 08**

Em uma análise semântica, afirma-se que enunciados com certos verbos factivos, estruturas clivadas e construções com adjuntos temporais tendem a acionar pressuposições estáveis sob negação e sob formas interrogativas. Considere o enunciado:

Foi Maria que deixou de revisar o relatório novamente.

Com base nos testes pressuposicionais, o enunciado aciona a pressuposição de que

- (A) uma revisão prévia do relatório ocorreu, o que se confirma ao aplicar o teste da negação tanto à forma afirmativa quanto à forma interrogativa.
- (B) o relatório era responsabilidade da Maria, o que se confirma ao aplicar o teste da substituição referencial na forma negativa.
- (C) o relatório existia previamente, o que se confirma ao aplicar o teste da negação e se mantém estável na forma interrogativa.
- (D) o relatório foi revisado anteriormente pela Maria, o que não se confirma ao aplicar o teste de factividade, mas se mantém ao aplicar o teste de clivagem.

RASCUNHO

Leia as Charges 1 e 2 para responder às questões 09 e 10.

Charge 1



Jean Galvão, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 23. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/23/jean-galvao.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

Charge 2



Galvão Bertazzi, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 20. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/20/galvao-bertazzi.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

QUESTÃO 09

As charges fazem referência à COP 30, conferência internacional sobre mudanças climáticas que ocorreu em novembro de 2025, em Belém do Pará, no Brasil. Considerando os recursos verbais e não verbais utilizados, ambas

- (A) criticam a falta de representatividade nos fóruns climáticos internacionais, destacando a ausência de países vulneráveis e populações tradicionais nas tomadas de decisão, o que aponta para as contradições do evento.
- (B) denunciam, por meio de ironia, a incoerência entre o discurso ambiental defendido nas conferências e as práticas reais dos participantes, revelando contradições internas do próprio evento.
- (C) enfatizam que os países ricos buscam superioridade política nas conferências, o que é simbolizado pela posição do personagem árabe no topo do tronco cortado e pela mesa circular dominada por delegações do Norte global.
- (D) apontam que a COP 30 será ineficaz por falhas logísticas e organizacionais, representadas pelo fotógrafo desorientado na primeira charge e pela pilha de papéis descartados na segunda.

QUESTÃO 10

Ao considerarmos o funcionamento do gênero textual-discursivo, isto é, sobre a forma como ele se organiza e empreende sentidos, a charge

- (A) dispensa a ativação de conhecimentos sociopolíticos para sua interpretação, por ser um gênero predominantemente icônico.
- (B) gera efeitos de subversão do sentido por meio de uma ruptura sintática entre texto verbal e não verbal ocasionada pelo humor.
- (C) caracteriza-se por apresentar personagens estáveis e narrativas prolongadas, o que a distingue do cartum.
- (D) depende de um contexto de produção imediato, mobilizando interdiscursos e pressupostos compartilhados para produzir seu efeito crítico.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 12

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 13

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 14

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 16

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá por

- (A) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 17

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 18

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 19

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 20

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DE SAÚDE

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Considerando a legislação que fundamenta as ações de saúde no Brasil, a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Saúde Suplementar caracteriza-se pela atuação da iniciativa privada na assistência à saúde de forma

- (A) paralela ao SUS, prestando serviços de saúde à população em situações de urgência em saúde pública.
- (B) complementar ao SUS, mediante contratos ou convênios, seguindo as diretrizes do sistema público de saúde.
- (C) cooperativa ao SUS, com atuação conjunta, entre instituições públicas e privadas na execução dos serviços de saúde.
- (D) substitutiva ao SUS, assumindo as funções públicas de assistência à saúde quando houver déficit de recursos públicos.

QUESTÃO 22

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) alcançou avanços importantes no seu desenvolvimento. No entanto, ainda existem dificuldades para superar a fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificar a gestão do cuidado. O debate em torno da busca pela integração dessas ações adquiriu nova ênfase a partir do Pacto pela Saúde, firmado em 2006 entre os gestores do SUS, e que se efetiva em três dimensões. Dentre elas, tem-se o Pacto em Defesa do SUS, que se traduz no compromisso com

- (A) as prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.
- (B) o estabelecimento de um espaço regional como lócus de construção e execução das ações pactuadas.
- (C) a consolidação dos fundamentos políticos e princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde.
- (D) os princípios e diretrizes para a descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, programação pactuada e gestão do trabalho e da educação em saúde.

QUESTÃO 23

A conferência de saúde e o conselho de saúde, em cada esfera de governo, são instâncias colegiadas que devem compor a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo

- (A) secretário municipal de saúde.
- (B) secretário estadual de saúde.
- (C) conselho nacional de saúde.
- (D) conselho de saúde.

QUESTÃO 24

Conforme a Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018, as estratégias para organização da vigilância em saúde devem contemplar respostas, de forma oportuna e proporcional, às emergências em saúde pública, com o estabelecimento de plano de resposta, a ser elaborado por cada esfera de gestão, considerando

- (A) a gravidade do evento à saúde e a organização e fluxos da rede de atenção.
- (B) o processo saúde doença e o aporte financeiro para a execução das ações.
- (C) as vulnerabilidades do território e os cenários de risco à saúde.
- (D) os condicionantes e determinantes da saúde e o modelo de atenção.

QUESTÃO 25

De acordo com a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), a área técnica da regulação do acesso à assistência deve ser estabelecida mediante a implantação dos complexos reguladores, formados por unidades operacionais denominadas centrais de regulação. O complexo regulador pode ter abrangência e estrutura pactuadas entre gestores e possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (A) fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; atuar de forma integrada aos processos autorizativos e estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
- (B) garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência e subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde.
- (C) construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde e subsidiar a programação pactuada e integrada.
- (D) elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; subsidiar o processamento das informações de produção e fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde.

QUESTÃO 26

A rede de atenção à saúde é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, que buscam garantir a integralidade do cuidado, possuem diferentes densidades tecnológicas e são integradas por meio de sistemas de apoio

- (A) tecnológico, financeiro e de educação.
- (B) logístico, tecnológico e de educação.
- (C) financeiro, técnico e de gestão.
- (D) técnico, logístico e de gestão.

QUESTÃO 27

O Humaniza-SUS lança mão de ferramentas e dispositivos para consolidar redes, vínculos e a corresponsabilização entre usuários, Ministério da Saúde, trabalhadores e gestores. Esse programa opera com o princípio da

- (A) indissociabilidade.
- (B) transversalidade.
- (C) regularidade.
- (D) igualdade.

QUESTÃO 28

A atenção básica busca produzir a assistência integral, por meio da promoção da saúde, da prevenção de doenças, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da redução de danos que possam comprometer a autonomia das pessoas. Dessa forma, é fundamental o desenvolvimento de ações voltadas para o alcance dessas finalidades fazendo com que os profissionais das equipes de saúde da família, que integram os serviços da atenção básica, realizem de forma integrada às ações que lhes são atribuídas, as ações de vigilância

- (A) epidemiológica.
- (B) ambiental.
- (C) sanitária.
- (D) em saúde.

QUESTÃO 29

As doenças transmissíveis são uma ameaça à saúde dos indivíduos e têm potencial de ameaçar a segurança das populações. Essas são chamadas de endêmicas quando a doença surge em uma

- (A) área geográfica ou grupo populacional e apresenta um padrão de ocorrência relativamente estável com elevada incidência ou prevalência.
- (B) região ampla, em vários países e continentes ao mesmo tempo, com transmissão sustentada e grande distribuição geográfica.
- (C) região ou comunidade com um número de casos em excesso, em relação ao que normalmente seria esperado.
- (D) área geográfica limitada, com o número de casos acima do esperado e em um curto intervalo de tempo.

QUESTÃO 30

Conforme orientação da rede nacional de serviços de verificação de óbito e esclarecimento da causa mortis, os exames necroscópicos deverão ser realizados nas dependências do

- (A) instituto médico-legal e por médico patologista.
- (B) serviço de verificação de óbitos e por médico patologista.
- (C) instituto médico-legal e por profissionais técnicos em necrópsia.
- (D) serviço de verificação de óbitos e por profissionais técnicos em necrópsia.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

A fluência da fala é um aspecto essencial da comunicação oral e é definida como a fala de fluxo contínuo e suave, que é decorrente de uma integração harmônica entre os processamentos neurais envolvidos na linguagem e no ato motor. O transtorno cuja característica central manifesta por interrupções no fluxo da fala, com repetições, prolongamentos e bloqueios, denomina-se

- (A) disartria.
- (B) apraxia de fala.
- (C) gagueira.
- (D) distúrbios da voz.

QUESTÃO 32

Quando o desenvolvimento fonológico não ocorre da mesma forma que na grande maioria das crianças e a construção do conhecimento linguístico resulta em um sistema fonológico distinto do *input* recebido, tem-se o que se denomina de

- (A) atraso de linguagem.
- (B) desvio fonológico.
- (C) apraxia da fala.
- (D) dislexia.

QUESTÃO 33

O Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) é um distúrbio do neurodesenvolvimento com quadro clínico heterogêneo. Considerando suas principais manifestações clínicas, o TDL caracteriza-se por

- (A) dificuldades persistentes em subsistemas da linguagem, como fonologia, morfossintaxe, semântica e pragmática.
- (B) dificuldades transitórias em subsistemas da linguagem, tendo melhora significativa com uso de medicação.
- (C) dificuldades de linguagem transitórias decorrentes do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).
- (D) prejuízo da linguagem nos aspectos fonéticos, mas não tem repercussões sobre a vida emocional e sobre o comportamento da criança.

QUESTÃO 34

Atualmente a neurociência traz grandes contribuições sobre a relação entre linguagem e cérebro, que podem explicar, com base no processamento cerebral, como de fato acontece a aquisição da linguagem. A partir da perspectiva interacionista de Vigotski – segundo a qual a criança constrói a linguagem por meio das relações dialógicas e sociais que estabelece com outros falantes da língua – compreende-se que o processo de aquisição da linguagem das crianças surdas, que estão expostas à língua de sinais desde o nascimento, é

- (A) tardio por considerar que a aquisição da língua oral ocorrerá depois da língua de sinais.
- (B) análogo ao de uma criança ouvinte considerando que a aquisição das línguas de sinais é semelhante ao processo de aquisição das línguas faladas.
- (C) diferente considerando que o período do desenvolvimento da linguagem em criança surda ocorre depois da fase do balbucio.
- (D) interrompido considerando que a língua de sinais descaracteriza a naturalidade da aquisição da língua oral.

QUESTÃO 35

A identificação precoce de escolares com risco para dislexia é um tema discutido na literatura internacional desde a década de 1980. Pesquisas indicam que, quanto antes forem identificados os principais sinais que caracterizam a dislexia, mais precocemente esses escolares poderão ser inseridos no contexto de intervenção para minimizar as características do quadro. Define-se a dislexia como um transtorno

- (A) específico da aprendizagem da leitura que acarreta dificuldades de processamento de estímulos linguísticos e não linguísticos breves, rápidos e sucessivos.
- (B) específico de aprendizagem da leitura e escrita, cuja principal característica é a desorganização da fala o que prejudica o desenvolvimento da linguagem e o processamento de estímulos linguísticos e não linguísticos.
- (C) fonológico que aparece na fase escolar e que se beneficia de uma intervenção precoce a fim de diminuir as dificuldades de processamento de estímulos linguísticos e não linguísticos.
- (D) de aprendizagem que afeta especificamente a capacidade da escrita, devido a prejuízos nos movimentos manuais que prejudica o desenvolvimento da linguagem e o processamento de estímulos linguísticos e não linguísticos.

QUESTÃO 36

As alterações no desenvolvimento da linguagem são vistas com preocupação por profissionais da saúde, da educação e por pesquisadores da área, uma vez que podem concorrer para dificuldades de aprendizagem posteriores. Em se tratando especificamente do atraso da linguagem, verifica-se que essa alteração

- (A) é caracterizada por um atraso geral na aquisição e expressão de todos os componentes da linguagem.
- (B) é caracterizada por uma construção desviante da linguagem decorrente de patologias específicas (perda auditiva, autismo, outros).
- (C) ocorre quando o desenvolvimento da linguagem se inicia dentro do tempo previsto, mas com desorganizações no componente fonológico.
- (D) ocorre quando há uma disfunção intrínseca no processamento da linguagem, apresentando impactos sobre a tessitura vocal da criança.

QUESTÃO 37

Os agravos à saúde vocal do professor, além de limitar o seu desenvolvimento profissional, resultam muitas vezes em situações de afastamento e incapacidade laboral temporária para o exercício da função, o que vem a gerar diversos prejuízos com implicações na saúde, na Previdência Social e no trabalho. O distúrbio de voz relacionado ao trabalho (DVRT) é, portanto,

- (A) qualquer forma de desvio vocal, de origem psicológica, relacionado à atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação ou a comunicação do trabalhador.
- (B) qualquer forma de desvio vocal relacionado à atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação ou a comunicação do trabalhador, podendo haver ou não alteração orgânica da laringe.
- (C) um distúrbio exclusivamente orgânico da laringe, que diminua, comprometa ou impeça a atuação ou a comunicação do trabalhador, decorrente de lesões estruturais, sem influência de fatores ambientais.
- (D) um quadro de alteração vocal que se manifesta apenas em trabalhadores laringectomizados, estando sempre associados a fatores fisiológicos relacionados a doenças oncológicas.

QUESTÃO 38

De acordo com a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS, o Centro Especializado em Reabilitação (CER) é caracterizado como

- (A) um serviço de internação hospitalar voltado à reabilitação intensiva, com permanência prolongada do usuário e acompanhamento exclusivo por equipe médica para avaliação e tratamento.
- (B) uma unidade de gestão administrativa do SUS responsável pela distribuição de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, sem envolvimento com avaliação ou tratamento.
- (C) um serviço de reabilitação voltado para pessoas com deficiência auditiva e está isento de responsabilidade sobre a formação, qualificação e educação permanente de profissionais.
- (D) um serviço de atenção ambulatorial especializada em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de Tecnologia Assistiva, constituindo-se em referência para a RAS no território.

QUESTÃO 39

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) é uma política do Sistema Único de Saúde (SUS) que estabelece diretrizes para ações de atenção integral à saúde dos trabalhadores. Conforme a Portaria GM/MS nº 1.823/2012, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora deve contemplar

- (A) os trabalhadores que estão na iniciativa pública, uma vez que os trabalhadores do serviço privado devem buscar o apoio dos sindicatos.
- (B) os trabalhadores que estão nas zonas urbanas, uma vez que os trabalhadores rurais são de responsabilidade das prefeituras municipais de sua cidade.
- (C) todos os trabalhadores priorizando, entretanto, pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como os que estão em situações precárias de trabalho.
- (D) os trabalhadores inseridos no mercado formal, pois os estagiários e empregados domésticos não são público-alvo dessa política.

QUESTÃO 40

A Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para fins da PNAISPD considera-se que

- (A) o capacitismo diz respeito à confiança e o respeito pelas inúmeras possibilidades e habilidades da pessoa com deficiência em múltiplos contextos, compreendendo tanto a vida laboral quanto o lazer.
- (B) o modelo biopsicossocial baseia-se no modelo médico da deficiência, considerando a condição biológica do sujeito como a dimensão principal, na perspectiva de saúde/doença.
- (C) a Tecnologia Assistiva consiste principalmente em um conjunto de dispositivos digitais utilizados para tornar o computador mais atrativo para pessoas com deficiência no contexto hospitalar.
- (D) o desenho universal diz respeito à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva.

QUESTÃO 41

A Triagem Auditiva Neonatal (TAN) é um procedimento simples, rápido e não invasivo; tem o objetivo de identificar possíveis alterações auditivas e possibilitar a intervenção fonoaudiológica precoce. Recomenda-se que a triagem auditiva neonatal universal (TANU) seja realizada entre

- (A) 15 e 20 dias após o nascimento por meio de por métodos preferencialmente fisiológicos – Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico automático (PEATEa) e Emissões Otoacústicas Evocadas (EoAs).
- (B) o nascimento ou até no máximo ao primeiro ano de idade por meio de métodos preferencialmente fisiológicos – Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico automático (PEATEa) e Emissões otoacústicas Evocadas (EoAs).
- (C) o nascimento e o primeiro mês de vida para neonatos que apresentam fatores de riscos para surdez com utilização de medidas fisiológicas potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico automático (PEATEa) e Emissões otoacústicas Evocadas (EoAs).
- (D) 24 e 48 horas após o nascimento para os neonatos que ficam na UTI neonatal com utilização de medidas fisiológicas potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico automático (PEATEa) e Emissões otoacústicas Evocadas (EoAs).

QUESTÃO 42

A atuação precoce do fonoaudiólogo na UTI neonatal é fundamental para o prognóstico do bebê e é regulamentada por resoluções do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), que definem as atribuições e a integração deste profissional na equipe de terapia intensiva. Em relação à motricidade oral, de acordo com a CFFa dentre as atribuições do fonoaudiólogo na UTI neonatal destaca-se

- (A) identificar alterações orofaciais no recém-nascido (RN), intervir na sucção no seio materno, e melhorar a interação mãe/ bebê e prescrever vitaminas, caso seja necessário aumentando desta forma a qualidade de vida deles.
- (B) localizar alterações orofaciais no recém-nascido (RN) e orientar a equipe médica sobre os procedimentos invasivos como, a retirada de suporte ventilatório ou de oxigênio quando for necessário.
- (C) atuar em caráter preventivo e intensivo, e colaborativo com a equipe multiprofissional da UTI Neonatal com o objetivo de impedir e ou diminuir sequelas da comunicação ou deglutição que as patologias de base possam deixar.
- (D) atuar na intervenção dos procedimentos como inserção de sondas nasogástricas ou orogástricas, caso seja necessário, com o objetivo de impedir e ou diminuir sequelas da comunicação ou deglutição que as patologias de base possam deixar.

QUESTÃO 43

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) é uma estrutura concebida e adaptada para permitir a descrição das condições de saúde, em toda a sua complexidade, de forma padronizada. Nesse sentido, a CIF se constitui como

- (A) um modelo padronizado restrita à saúde para descrever a funcionalidade e a incapacidade relacionadas às condições de saúde e existem várias categorias ou unidades de classificação, que são expressas por um código.
- (B) um modelo de complemento a CID (Classificação Internacional da Doença), pois organiza informações da funcionalidade biopsicossocial, e fatores ambientais e existem várias categorias ou unidades de classificação, que são expressas por um código.
- (C) uma abordagem substitutiva a CID (Classificação Internacional da Doença), pois organiza informações das funções do Corpo e Estruturas do corpo, e fatores do contexto constituída por fatores ambientais.
- (D) um instrumento de avaliação com múltiplas perspectivas da classificação da funcionalidade biopsicossocial e fatores ambientais e em cada componente, existem várias categorias ou unidades de classificação, que são expressas por um código.

QUESTÃO 44

O Capítulo II da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei Orgânica nº 1/1990), que trata da Saúde, estabelece que

- (A) o Município de Senador Canedo integra o sistema unificado e descentralizado de saúde como órgão consultivo, cabendo ao Estado a execução direta das ações e serviços de saúde.
- (B) os gestores municipais definem se deve ou não instituir mecanismos de controle social considerando que a participação popular na formulação e fiscalização das políticas de saúde é facultativa.
- (C) o Município, no que diz respeito às verbas públicas, deve destinar anualmente não menos que dez por cento de sua receita de impostos para garantir a efetividade de sua política de saúde.
- (D) os programas de atendimento à mulher, à criança, à pessoa com deficiência e ao idoso são de competência exclusiva da União, cabendo ao Município fornecer apoio técnico e administrativo.

QUESTÃO 45

O Capítulo III da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei Orgânica nº 1/1990) estabelece diretrizes de proteção à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência. Com base nas disposições da referida lei, a participação da sociedade dar-se-á por meio

- (A) do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, órgão consultivo e avaliador da política de atendimento, na forma da lei.
- (B) do Conselho Tutelar, órgão executivo responsável pela formulação e implementação direta dos programas municipais.
- (C) do Fórum Municipal de Assistência Social, instância encarregada de deliberar e fiscalizar os serviços de atendimento à infância e a Juventude.
- (D) da Secretaria Municipal de Assistência Social, unidade gestora que centraliza a participação popular nas audiências públicas.

QUESTÃO 46

Entende-se por deglutição a passagem do conteúdo oral para o estômago, podendo se referir ao fluxo de bolo alimentar ou saliva, sendo que a desordem na deglutição é chamada de disfagia. Sobre a disfagia, considera-se que

- (A) clinicamente, pode manifestar-se por meio de sintomas como desordem na mastigação, dificuldade em iniciar a deglutição, regurgitação nasal, controle de saliva diminuído, tosse e/ou engasgos nas refeições.
- (B) no idoso é comum surgir a presbifonia caracterizadas por mudanças anatômicas ou funcionais do sistema estomatognático, responsável por problemas na mastigação e deglutição.
- (C) a alta incidência de disfagia, nas fases aguda e de recuperação dos AVEs, representa fator de mortalidade e morbidade. Com isso, o diagnóstico de disfagia deve ficar restrito às fases agudas dos AVEs.
- (D) é natural, pois faz parte do processo do envelhecimento e tende a desaparecer espontaneamente com a adaptação funcional do organismo, dispensando-se a necessidade de intervenções médicas especializadas.

QUESTÃO 47

A Doença de Alzheimer (DA) é responsável por 50% dos casos de demência a partir dos 65 anos de idade. Sobre essa doença, no que diz respeito à comunicação verbal, sabe-se que

- (A) em todos os estágios da doença, o paciente apresenta preservação total das funções epilinguísticas (função autocorretiva da linguagem), sem prejuízos na comunicação verbal.
- (B) nos estágios avançados da doença, embora o paciente apresente alterações de linguagem, ele será capaz de realizar a interpretação de metáforas com provérbios e terá facilidade na compreensão moral de estórias.
- (C) nos estágios intermediários e finais, embora haja um nível de comprometimento da linguagem gradativo na Doença de Alzheimer (DA), tais pacientes mantêm o nível fonológico da linguagem sem nenhuma alteração ao longo de toda a doença.
- (D) nos estágios iniciais, apresenta problemas semântico-lexicais similares aos de uma afasia semântica, embora o paciente com DA conserve o conhecimento do vocabulário e o processamento sintático.

QUESTÃO 48

Quando se conclui o diagnóstico e é confirmada a deficiência auditiva em uma criança, paralelamente à seleção do AASI, iniciam-se as etapas iniciais da habilitação e reabilitação dos distúrbios auditivos. Nesse sentido, o fonoaudiólogo deve

- (A) orientar os pais ou responsáveis pela criança sobre os controles e uso constante do aparelho, sobre moldes auriculares, bateria e cuidados em relação ao manuseio e manutenção, realizar a adaptação e iniciar terapia de linguagem, com ênfase na participação da família.
- (B) esclarecer à família ou aos responsáveis pela criança a função do AASI para o desenvolvimento auditivo e de linguagem oral e escrita e orientar o uso constante do aparelho no ambiente escolar.
- (C) orientar a criança sobre a importância do uso constante do aparelho, sobre moldes auriculares, bateria e cuidados em relação ao manuseio e manutenção, realizar a adaptação e iniciar terapia de linguagem.
- (D) esclarecer aos pais ou aos responsáveis pela criança sobre os controles e uso constante do aparelho, e no ambiente escolar orientar os professores sobre moldes auriculares, bateria e cuidados em relação ao manuseio e manutenção.

QUESTÃO 49

O tratamento para pacientes acometidos por um Acidente Vascular Cerebral (AVC) envolve abordagens terapêuticas em conjunto com médicos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, enfermeiras, psicólogos e a sua família. Neste caso, o trabalho do fonoaudiólogo inclui

- (A) estimulação intensiva da linguagem por meio de estímulos motores, repetição, em contextos linguísticos e situacionais, entrando-se nos níveis de prejuízos e incapacidades.
- (B) intervenções voltadas para a restauração das habilidades linguísticas priorizando a estimulação intensiva da linguagem, por meio de estímulos visuais e auditivos, centrando-se nos níveis de prejuízos e incapacidades.
- (C) intervenções voltadas para a restauração das habilidades linguísticas do sujeito que priorizam a estimulação intensiva da linguagem, por meio de estímulos visuais e auditivos, centrando-se nos níveis de potencialidades e capacidades.
- (D) estimulação intensiva da linguagem por meio de estímulos motores e auditivos, repetição, em contextos linguísticos e situacionais, centrando-se nos níveis de potencialidades e capacidades.

QUESTÃO 50

A laringectomia total produz uma grande alteração na vida dos pacientes, causando uma total ausência de voz laríngea, produzindo transformações radicais em sua vida social, econômica, familiar e psicológica. Neste sentido a fonoaudiologia tem contribuído de forma efetiva neste processo de reabilitação de indivíduos laringectomizado, neste caso a intervenção fonoaudiológica inicia-se com

- (A) fonoterapia imediatamente após a cirurgia com exercícios específicos para auxiliar a cicatrização e prevenir as deiscências de sutura para uma reabilitação efetiva para o uso da voz esofágica, laringe eletrônica e próteses traqueoesofágicas.
- (B) orientações e intervenções imediatamente após a cirurgia com exercícios específicos para controle muscular para auxiliar na reabilitação para o uso da voz esofágica, laringe eletrônica e próteses traqueoesofágicas.
- (C) fonoterapia no pré-operatório para que o paciente possa chegar no pós-operatório mais confiantes para o uso da voz esofágica, laringe eletrônica e próteses traqueoesofágicas no seu processo de reabilitação.
- (D) orientações no pré-operatório e a intervenção no pós-operatório após a cicatrização, ausência de fístulas, deiscências de sutura e infecções e em alguns casos imediatamente após a cirurgia desde de haja autorização médica.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

A Lei Federal nº 6.965/1981, regulamentada pelo Decreto nº 87.218/1982, dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo no Brasil, definindo-o como o profissional graduado em Fonoaudiologia, habilitado a atuar nos campos do estudo, da prevenção, da avaliação e da terapia fonoaudiológica, abrangendo as áreas da comunicação oral e escrita, da audição e da voz. No exercício de suas atribuições, o fonoaudiólogo deve observar os princípios éticos que norteiam a profissão, conforme estabelecido pelo Código de Ética da Fonoaudiologia, inclusive no uso das redes sociais e demais ambientes digitais.

Considerando esse contexto, discorra sobre o papel das redes sociais nas interações sociais e profissionais contemporâneas, especialmente no âmbito da atuação fonoaudiológica. À luz da legislação vigente e do Código de Ética da Fonoaudiologia, discorra ainda sobre os direitos e os deveres do fonoaudiólogo no ambiente digital, evidenciando os principais preceitos éticos que orientam sua conduta profissional. Por fim, explicita quais práticas configuram infrações éticas relacionadas à publicidade e à divulgação profissional nas redes sociais, destacando os limites entre a divulgação informativa, a promoção responsável da profissão e as condutas vedadas pelo ordenamento ético-profissional.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30